



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 18 DE SETEMBRO DE 2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa tarde a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Administração Pública, declaro abertos os trabalhos da 9ª audiência pública do ano 2019, convocada para hoje, dia 18 de setembro de 2019.

Com a presença do nobre Vereador Antonio Donato, um dos proponentes, em atenção aos requerimentos 04/2019 e 15/2019, de autoria do nobre Vereador Antonio Donato e da nobre Vereadora Janaína Lima, requerimentos em separado, assim como com vários outros Vereadores, com a anuência de todos, que requer fosse aprovada uma audiência pública temática, sobre os concursos na Prefeitura de São Paulo.

Convido para compor a Mesa, pela Secretaria, a Sra. Cleide Bauab Eid Bochixio, representando, neste ato, a Secretária Malde Maria Vilas Boas; ainda presentes, se necessário vamos pedir a colaboração do Sr. Waldir Agnelo, chefe de gabinete.

Primeiro vou passar ao nobre Vereador, um dos proponentes desta audiência pública, para que faça as colocações preliminares a respeito do tema, inclusive concernente aos vários requerimentos. Por favor, Vereador.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado, Presidente. Boa tarde Secretária Adjunta Dra. Cleide e a todos os presentes.

Nós já realizamos, em 2017, uma audiência pública sobre a questão dos concursos com o Secretário Paulo Uebel, na época. Os concursos são os mesmos, a maior parte deles é de 2016, tinham validade até 2018, foram prorrogados para 2020.

O objetivo principal, naquela audiência, já era o de conseguir um cronograma de chamamento para os concursos. O debate que tivemos na época, tema central da argumentação do Secretário Paulo Uebel, foi que tinha um projeto na época de mudança da previdência, o que implicaria um novo regime por isso era necessário esperar a definição em relação à previdência para chamamento dos concursados.

O fato é que foi aprovada, em dezembro, a chamada reforma da previdência que criou um novo regime para os ingressantes a partir de então, com a previdência complementar.

Diante desse fato, imaginamos que a Administração começaria a chamar os concursados. Temos uma tabela enviada pela própria Secretaria com 12 categorias que têm concurso em vigência, faltando ainda ingressar cerca de 2 mil funcionários dos vários concursos. Sendo que o maior contingente que se espera é dos assistentes de gestão de políticas públicas. Mas também temos concursos que restam chamar de analista de planejamento e desenvolvimento organizacional, analista de planejamento e desenvolvimento organizacional, analista de políticas públicas e gestão governamental, analista de saúde médico, analista de saúde obstetriz, analista municipal de controle interno, assistente de gestão de políticas públicas.

Também há concurso que já chamaram, mas necessitam de outros quadros ingressando que é o caso de diretor de escola e professor de educação infantil, também concurso de engenheiro, arquiteto, agrônomo e geólogo, além do de supervisor escolar.

Pela tabela da própria Secretaria nós temos essa defasagem ainda de ingresso de 2 mil servidores desses vários concursos.

Então o objetivo principal nosso hoje aqui é ter um cronograma, porque boa parte desses concursos vence no primeiro semestre de 2020, aliás, a totalidade dos concursos. Alguns em março, outros em maio e junho, já estamos em setembro de 2019. Imagino que exista um planejamento da Secretaria para que possa cumprir o chamamento de todos os concursados, sem deixar isso para a última hora que pode gerar, inclusive, problemas administrativos, de gestão e desequilíbrios orçamentários inclusive com todo mundo entrando ao mesmo tempo.

É essa a principal questão que a gente gostaria de colocar aqui hoje, a necessidade de um cronograma para as várias categorias que fizeram concurso e, claramente, têm expectativa de serem chamados.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Vereador.

Passo a palavra à Sra. Cleide, Secretária Adjunta.

Se a senhora preferir passar para a Sra. Márcia, não há problema. Esteja à vontade.

A SRA. CLEIDE BAUAB EID BOCHIXIO - Gostaria de cumprimenta-los inicialmente, assim como todos os funcionários, servidores presentes, acho que sempre é muito importante quando falamos a respeito da área pública, da qual sou oriunda.

Vários concursos em andamento, não é segredo para ninguém que alguns estão em andamento, mas eu queria muito que a nossa diretora de Cogep pudesse detalhar os números. O senhor passou alguns números que coincidem, outros talvez a gente tenha de fazer alguma atualização. Temos sim alguns concursos em andamento para serem chamados aqueles concursados. Professor de educação infantil, já está em fase final de tramitação para autorização para o chamado.

Vou passar para a nossa diretora de Cogep para que ela possa falar um pouco da tabela e dos chamamentos.

A SRA. MARCIA REGINA MORALES - Boa tarde. Acho que já estive aqui com vocês no passado.

Como vocês sabem, na Secretaria Municipal de Gestão existe um decreto que regulamenta todo o processo de nomeação, de execução orçamentária da despesa de pessoal, e o papel dessa Secretaria é analisar o mérito e a adequação dessa solicitação das áreas, a partir das vagas existentes.

Hoje, a Secretaria Municipal de Gestão trabalha a partir de uma iniciativa do órgão que necessita daquele profissional, que justifica, tanto do ponto de vista qualitativo e da necessidade, quanto do ponto de vista das vagas que ela precisa.

Para isso, ela precisa cumprir todos aqueles requisitos do decreto, o 54.351, onde ela precisa demonstrar adequação orçamentária e financeira, não só naquele momento, mas nos próximos três exercícios. Eu estou colocando isso, só porque nem todo mundo conhece esse trâmite direitinho.

Quando realizamos um concurso que a área solicita – quando eu falo “a área”, é a

Saúde ou a Educação, quem pediu o concurso –, ela dimensiona um número de vagas para atender determinada demanda naquele momento. Enquanto área de concurso, nós sempre colocamos um número de vagas excedentes, porque, caso haja a necessidade... Não há a obrigação de nomear esses excedentes. A discussão sempre é em cima do número de vagas e esse concurso fica vigente de dois, podendo ser prorrogado por mais dois anos, que é a situação da maioria dos nossos concursos, hoje. Temos aqueles concursos de 2015, que já estão indo para a sua segunda prorrogação. Engenheiro e arquiteto, nós homologamos faz um mês. Então, ele é o último concurso. E contador... Então, esses três ainda vão ter dois anos e mais dois, mas o restante nós sabemos que vence no primeiro semestre de 2020.

Quando os pedidos chegam para nós, na Secretaria de Gestão, eles vêm via SEI, bonitinhos. É analisado o mérito. Estando adequados, bonitinhos, eles prosseguem para a Fazenda. Vocês sabem da Junta Orçamentária e Financeira. Aí, sim, ela analisa novamente o mérito e analisa do ponto de vista de despesa de pessoal do Município. Se for identificado, nesse momento, que aquele órgão tem alguma pressão orçamentária, esse processo volta para que a Secretaria possa adequar essa receita, essa despesa, para poder fazer essa nomeação.

Então, assim, nós não negamos. Dos processos que passam lá, conosco, na nossa área, 99% têm parecer favorável, do ponto de vista do mérito, no sentido da necessidade. O que fazemos, normalmente? É discutir com a Secretaria um cronograma, um escalonamento. Acho que vocês acompanharam o dos GCMs, não é? Nomeamos 500, escalonados, em um período, para não ter uma pressão orçamentária e financeira muito forte em um único momento. Com isso, ajudamos as Secretarias a elaborarem esse cronograma de nomeação.

Se o pedido não chega à Gestão, não existe pedido. Então, não existe processo e não existe demanda, em que pese o concurso estar em vigência. Essa é uma situação que temos colocado hoje. Aí, eu imagino que as Secretarias não têm feito os pedidos em função, provavelmente, da sua questão financeira e orçamentária – alguns, provavelmente, por demanda, em que pese sabermos que algumas categorias necessitam, mas a Secretaria

precisa nos provocar, do ponto de vista do processo em si.

Alguns cargos, nós nomeamos bem além do número de vagas ofertadas, principalmente os da Educação. Professor de Educação Infantil... Diretor de Escola, por exemplo, ofertamos 92 vagas e nomeamos 795. Supervisor Escolar, nós ofertamos no concurso 50 vagas e nomeamos 282. Só na Educação, nomeamos 615% a mais, do número de vagas ofertadas. Temos um concurso de médico vigente na Saúde, com 1.110 vagas. Já nomeamos 592. Então, faltam 50% e esse concurso vence em junho de 2020.

Eu acho que, assim, na medida do possível, os pedidos têm chegado. As Secretarias, nós percebemos que têm feito um ajuste da sua necessidade, da sua adequação financeira e orçamentária, para poder nomear – eu acho que não na velocidade que nós gostaríamos. Eu falo “nós”, porque quando fazemos o concurso, a expectativa da área de concurso é que todos os aprovados ingressem. É isso o que esperamos. Também, partimos do princípio de que, quando a Secretaria dimensionou aquele quantitativo de vagas, ela fez algum estudo, algum levantamento, para que fossem mil ou cem ou 200. É o que se espera, do ponto de vista de quem demanda o concurso.

Esse mérito é analisado na hora de soltar o edital. Para vocês terem uma ideia, o concurso de engenheiro e arquiteto é para cinco ou seis secretarias, para um projeto específico, que é o Aprova Rápido. Então, ele foi dimensionado. Não me recordo, agora, o número de vagas, mas está aqui. É exatamente para atender este projeto. Então, quando for nomeado, ele já vai ser direcionado para essas secretarias. Eles vão ser direcionados a essas secretarias, porque foi dimensionado para este projeto. Impede que outra secretaria peça? Não, se negociar com essas que ofereceram recurso na época do concurso, não impede. Porém, a prioridade é de quem pediu, lá, no início, que o Prefeito soltou a autorização.

Então, o *status* que temos hoje, assim... Temos aguardado chegar os processos das secretarias com as suas demandas. Hoje, na Secretaria Municipal de Gestão, lá, na nossa área, não existe nenhum pedido de concurso aberto. De nomeação, desculpa... Nenhuma secretaria protocolou nenhum pedido conosco. Aí, é uma conversa, também, que cabe, entre

os secretários e o Governo, verificar se vai ocorrer ou se não vai ocorrer, porque, quando chega para nós, todo esse processo é encaminhado imediatamente. Nós não seguramos, vamos dizer assim.

Acho que, de panorama...

O SR. ANTONIO DONATO – Presidente, posso fazer só duas observações?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pois não, Vereador.

O SR. ANTONIO DONATO – Primeiramente, do ponto de vista orçamentário, não é segredo para ninguém que a Prefeitura está com bastante dinheiro em caixa. Tenho demonstrado, aqui, este mês, que há mais de 12 bilhões no caixa da Prefeitura – isso, faltando quatro meses para encerrar o ano, um nível muito superior do que o normal.

Entretanto, o gasto com pessoal... O relatório que temos, aqui... A última posição é que a Prefeitura está gastando 36,15%, o que é muito abaixo, até, do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, de 48%. Então, o argumento orçamentário é muito estranho.

A segunda questão: a Marcia, quando fala em nomeações... De fato, foram nomeados 581 médicos de um concurso de 1.090, no edital, mas só ingressaram 186. Então, acho que o número real com que temos de trabalhar é o número daqueles que efetivamente ingressaram. Senão, fazemos uma discussão fictícia.

Então, são essas duas observações, mas o importante é ouvirmos a Vereadora e os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A Vereadora Janaína Lima também é autora de um dos requerimentos – um ou dois, salvo engano – a respeito dos concursos públicos. Existe o sentimento, aqui, de todos os Vereadores, da questão, inclusive, de resolver esse problema.

Só para vocês saberem a dinâmica, nós vamos ouvir a Vereadora e, em seguida, nós vamos... Como começamos... Às 14h, nós temos uma reunião ordinária da comissão, mas, como a pauta é pequena, nós vamos ouvir a Vereadora. Depois, nós vamos abrir a palavra. Eu gostaria que fosse cada representante de segmento, cinco pessoas, que já até poderiam dar o

nome, para, depois, se manifestar, também, mas um de cada segmento ou de cada categoria, para não ficar dois ou três da mesma categoria. Está bem? Aí, nós daremos continuidade.

Vereadora Janaína Lima...

Pessoal, um de cada segmento, por favor...

A SRA. JANAÍNA LIMA – Obrigada, Sr. Presidente, pela fala. Acho muito importante esta audiência pública, que está acontecendo hoje, porque nós estamos tendo um déficit de funcionalismo público, principalmente dos AGPPs, que são funcionários públicos qualificados, que ajudam em diferentes áreas da Administração Pública, que podem contribuir na formulação e na execução das políticas públicas da cidade de São Paulo. Recebi o grupo dos AGPDs com muito carinho e estou aqui comprometida.

O Vereador Donato é um grande defensor também de chamar essas contratações, tendo em vista que vocês foram aprovados e tem dinheiro em caixa. O Vereador Donato várias vezes vai à tribuna denunciar isso e várias coisas da Cidade, a zeladoria precária e tantas outras áreas, inclusive o funcionalismo público, e o recurso está em caixa.

Então a gente inclusive vem pedindo para a Prefeitura como que a gente pode ajudar, colaborar no cumprimento desse desejo, que também é da Prefeitura, de ter melhores quadros, chamar os funcionários aprovados em concurso.

Então aqui é mais uma vez uma forma que esta comissão, em nome de seu Presidente, que acolheu nosso pedido, Vereador Gilson Barreto, convocando esta audiência pública para que todos tenham oportunidade de se posicionar e que a gente mostre, de forma republicana, o desejo desta Casa Legislativa e estabeleça o diálogo com o Executivo.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos ouvir o primeiro inscrito, Márcia de Oliveira, APDO, ADEGEP.

Como tem mais de cinco, nós vamos estabelecer dois minutos, está bem?

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Boa tarde, Vereadores. Estou sempre aqui conversando com vocês. Mais uma vez sou obrigada a vir falar sobre concurso.

Hoje eu represento, neste momento, a Associação dos Administradores, ADEGEP, e ela cuida também dos economistas. Nós temos APDO Economista e não estão sendo chamados, são nove vagas.

Eu só queria colocar o seguinte: quando a gente faz concurso, a gente faz uma programação de custo e cabe à Secretaria de Gestão, porque eu já estive aí e tenho certeza que é competência, e a competência da Secretaria é chamar quem demandou o concurso e revalidar esse processo. Esse processo não pode ficar parado. Nem sempre a iniciativa perdeu-se, mas tem que revalidar esse processo.

Então eu entendo que a Secretaria não tem um papel só de monitoramento, ela tem um papel também proativo de entender o porquê desse processo, em qual demanda, em qual contexto. Por isso eu entendo que a nomeação de nove profissionais não pode ser colocada. Nós temos uma série histórica de 36% pela Lei de Responsabilidade Fiscal, há dez anos nós estamos nessa série histórica, então não podemos falar em custo, nós temos que falar em investimento.

Hoje São Paulo vai passar por uma reforma tributária e essa reforma tributária vai ter um impacto enorme. Se a gente não tiver um corpo forte de profissionais, de economistas, para discutir e assessorando essa competência... Não é política de Estado, não é política de governo, gente. Nós estamos falando de profissionais, é política de Estado, e para qualquer profissional ser nomeado. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Cristian Silva.

Quero registrar a presença do nobre Vereador Alfredinho, da Comissão.

O SR. CRISTIAN SILVA – Boa tarde, vereadores, representantes da Secretaria Municipal de Gestão, público presente. Sou Cristian, diretor de escola e diretor do Sinesp, represento os gestores educacionais.

Quando o governo coloca aqui que foi chamado um número muito além do total de cargos de gestores escolares, não é bem a verdade. Apesar de o número inicial ser hoje muito

maior, os cargos continuam aparecendo; são cargos fruto de aposentadoria, exonerações e outras movimentações naturais.

São Paulo é uma das poucas cidades que têm concurso em todas as esferas da educação, para não dizer um dos pouquíssimos no Brasil. Aqui nós não dependemos de indicação política, não tem eleição. São cargos públicos que visam atender às suas comunidades. Este é o primeiro ponto.

Segundo ponto: cargo de diretor de escola, supervisor e coordenador, que está o processo do concurso vigente, não gera novos custos adicionais porque eles já estão ocupados pelo pessoal que está no momento designado ou está em transitoriedade. Nós temos hoje mais de 50 cargos de diretor vagos e mais de 20 cargos de supervisor vagos. A gente acompanha diariamente no *Diário Oficial*.

Esses cargos não estão vazios. Toda escola tem que ter um diretor. Quando não tem um diretor de escola é feita uma eleição até a próxima chamada do concurso ou a remoção. Aí essa pessoa vai receber pelo valor de diretor de escola ou pelo valor de supervisor. Então na verdade não tem aumento de custo. É diferenciado talvez em relação a outras questões.

Em 2017 estivemos aqui, foi falada toda a reforma da Previdência, a gente continua batalhando. Cargos de gestor educacional são para funções públicas e são concursados, não são cargos políticos, não são cargos de indicação. Infelizmente isso existe no Brasil. A gente vem aqui, em outubro vai seguir um novo processo, que a Secretaria Municipal de Educação já informou, para novas nomeações. E a gente coloca que se coloquem todos os cargos e também uma pequena projeção de aposentadorias, porque professor foi feito isso já, então que coloque também para os gestores educacionais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Vamos suspender os trabalhos da audiência pública porque regimentalmente temos que abrir uma reunião ordinária, seria até 14h15. Nós vamos ver a questão da pauta, em seguida nós retomaremos, para dar tempo de as pessoas falarem. Está bom?

Estão suspensos os trabalhos da audiência pública.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Reabrimos a audiência pública. O terceiro a falar será Joélia Aguiar.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR – Boa tarde, na pessoa do Vereador Donato, eu quero cumprimentar todos da Mesa, Sra. Secretária, e a todos aqui presentes. Sou a professora Joélia, sou dirigente do Sindicato de Educação Infantil – Sedim, presidido pela Presidente Claudete Alves, que não pode estar aqui hoje. Eu gostaria de perguntar para a Sra. Secretária sobre a chamada dos concursos dos professores de educação infantil, os PEIs. Nós estivemos na Secretaria Municipal de Educação, na semana passada, com o Sr. Secretário e fomos informados que esses 305, ou seja, arredondando são 500 professores que deveriam estar sendo chamados junto com o Fundamental 1 e Fundamental 2, que tomaram posse na semana passada, não pode ser chamado porque não custa na peça orçamentária da Prefeitura. Como disse o Vereador Antonio Donato aqui, que todos nós ouvimos, não é problema financeiro e tem uma demanda gritante, inclusive, aqui na nossa plenária hoje tem vários professores do concurso que estão aguardando.

Em uma reunião com o Sr. Secretário ele nos informou que realmente ela já avaliou e há a falta desses profissionais na rede. Então, a gente gostaria de pedir, Sra. Secretária, que incluísse no orçamento a chamada do concurso de PEI, porque foram chamados PEIF, Diretor, Fundamental 1 e 2 e não chamam da Educação Infantil e há uma falta de professores e uma demanda gritante.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Sérgio Antigueira, do Sindisep.

O SR. SÉRGIO ANTIGUEIRA – Boa tarde a todos e todas, Mesa, queria congratular pela oportunidade que nos estão dando de ter essa audiência pública para discutir

um problema muito sério para a Cidade de São Paulo, que é a questão dos concursos públicos e eu queria aproveitar a fala da Márcia, pois ela levantou alguns pontos, três me preocupam, um me agrada. O que me preocupa é que parece que a demanda é de certa forma ocultada na medida que nem todas as Secretárias mandam a real necessidade. O segundo ponto que me agrada porque ela diz que 99% está dizendo que precisa mesmo. Está conferindo que há necessidade da Prefeitura, portanto, há muito mais necessidade na Prefeitura do que está sendo dito porque não está nem sendo encaminhado ofício. Terceira coisa que me preocupa, acho que nem foi na fala dela, mas temos tido vetos da Secretaria de Finanças para realização desse concurso.

O número de início o Donato já trouxe aqui. O número de início de exercício é o que tem de contar, não de nomeações, que é mais uma forma de ocultar o que está sendo feito, aumentar um número para dizer que está sendo chamado e não está sendo chamado. Aí me preocupa ainda porque uma cidade com bilhões de orçamento, que tem 12 bilhões em caixa, a essa altura do ano, com gasto de 36. Esse número entra ano e sai ano fica parado no 36% de gasto com pessoal implica numa outra realidade, que acho que é nacional, que o investimento contra o serviço público em geral, contra o direito da população, o direito à políticas públicas e contra, principalmente, a esse ataque aos servidores públicos, degradando os serviços, responsabilizando os servidores públicos e para isso sucateando para buscar a terceirização, para buscar os acordos com o setor privado, para atender as demandas dos setores que financiam políticos e políticas. Só para encerrar, eu acho que ou a Prefeitura se revê porque é para a população, não é para nós servidores públicos que ela deve: saúde, educação, assistência, serviço de segurança pública, tudo isso se reverte na falta de concurso. Os AGTPs que vão falar na sequência estão sendo sucateados aos poucos, inclusive, com uma reestruturação que não quer pagar nada para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Silva, concursado da AGPP.

O SR. EDUARDO SILVA – Boa tarde a todos, sou representante dos AGPPs e

trarei algumas informações para poder pedir esclarecimentos com relação a eles. O Concurso foi homologado em 2016 e até agora foram 515 nomeações, mas o detalhe importante é que essas nomeações foram em cima de apenas 215 autorizações e até junho foram apenas 132 providos. Outro dado interessante é que, quando o concurso foi homologado através de pedidos no Esic (?) eram cerca de 4 mil cargos vagos, declarado pela própria Secretaria de gestão. Hoje esse número chega a 12 mil. Como uma Prefeitura funciona com um déficit de 12 mil pessoas em apenas um cargo?

Queria entender isso. Quem que faz esse serviço? Quem que presta? Como é que a população é atendida com um déficit desse tamanho? Ficou condicionado a um determinado período, negociando com a Secretaria de Gestão, que a partir da reforma da Previdência haveria um maior número de nomeações. De lá para cá as nomeações continuam bem poucas, não houve nenhuma autorizações de novos chamamentos, de novas vagas, desde a reforma da Previdência. A última autorização foi em dezembro e inclusive cedemos entrevista para a rede Globo em maio e lá foi prometido 10 mil nomeações. Até agora foram 500 e faltam nove meses para acabar com o concurso. No ritmo que está não vamos chegar a mil nomeações e nem perto de 500, então quero entender como é que vai ficar isso tudo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Caio, geólogo.

O SR. CAIO – Boa tarde. Estou aqui em nome do Sindicato dos Geólogos, sou um dos concursados, ao contrário dos demais concursos, acho que o nosso de geólogo é o que tem menos vagas. Em torno de 27 vagas e dessas até agora autorizaram 10, entraram oito e os outros 18 estão esperando para entrar até abril do ano que vem. O que preocupa a gente é que seríamos convocados para lidar com a parte de risco geológico, inundação e escorregamento, nas áreas de periferia, cuidar da população, evitar gastos públicos excessivos com atendimento e indenizações e a estação de chuva está aí quase. Até agora não chamaram ninguém e não temos nenhuma previsão de chamar e queríamos mesmo uma previsão.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Rosilene Jesus

Garcia.

A SRA. ROSILENE JESUS GARCIA – Boa tarde a todos. Quero só reiterar o que a colega já falou referente ao Sedim, do nosso concurso de PEI, que segundo a Márcia, não tem nenhum processo de autorização para nomeação e tem porque eu tenho o número do processo. Inclusive esse nosso processo já está em Finanças. Já faz mais de 12 dias que ele foi e não temos um retorno. Nós gostaríamos de saber o que está acontecendo. A gente tem aqui o número do processo, se você quiser depois eu passo para você, e queremos saber o que está acontecendo porque esse processo já está desde março andando e esse ano não teve nenhuma chamada de PEI, nada. Então a gente quer saber, queremos um cronograma também e ver as aferições, como é que vão acontecer, e, inclusive Maria Leiko já respondeu ao MP com um documento, dizendo que neste ano teria a nomeação de 849 PEIs e, até agora, nenhuma. Estou com esse documento. Eu fui até o MP, eles nos autorizaram, nós tiramos fotos e, até agora, não aconteceu nenhuma nomeação. A gente já sabe que tem esses 305, porque tínhamos um processo; se tem um processo é porque foi pedido.

Então, nós gostaríamos de saber isso daí.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Está bom, obrigado. Sandra Albuquerque, Agente Vistor.

A SRA. SANDRA ALBUQUERQUE - Boa tarde a todos. Eu vejo que todo mundo aqui tem a mesma demanda. Então, a gente não tem uma ideia do quão deficitário está o serviço, porque a gente fala em serviço público. Não somos só os servidores; nós somos responsáveis por esta cidade de 12 milhões de habitantes, de 50 bilhões de orçamento, para poder ter um serviço público.

Nos, talvez, Agentes Vistores, estejamos em situação um pouco pior do que aqueles que já tem concurso e chamamento que não foram concluídos. Nós, sequer, temos concurso em chamamento. O último concurso dos Agentes Vistores foi o que eu entrei há 17 anos.

Em que pese isso, nós temos três processos na Prefeitura: temos um CEI que está

com as informações sigilosas; temos um processo que foi uma demanda do Ministério Público que fala dos mananciais, que é inserir o responsável pela não ocupação dos mananciais e fala em Agentes Ambientais. A Secretaria autorizou concurso para Agentes Ambientais, mas não falou nada dos Agentes Vistores, que são os que legitimam essas autuações.

E outro CEI também nosso, do qual não temos resposta.

Nós gostaríamos e sabemos da necessidade disso: os Agentes Vistores, apesar de toda pecha que a gente carrega, que é uma coisa mínima, mas é pontual. Acabamos sendo culpados por tudo o que acontece. Os Agentes Vistores são os responsáveis pelo ordenamento da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Lucas Santos, Bibliotecário; em seguida, Guilherme, Arquiteto.

O SR. LUCAS SANTOS - Boa tarde a todos e a todos da audiência, da mesa. Venho aqui como um concursado Bibliotecário, Analista de Informações, cultura e desporto, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e à Secretaria Municipal de Educação.

Sabemos por intermédio de colegas que estão dentro da Prefeitura que há vagas disponíveis, vacantes, dentro dos CEUS na cidade de São Paulo, ao menos, quatro vagas.

Também levanto outras duas questões referentes aos Ônibus Bibliotecas que existem na cidade de São Paulo, existiam no caso, foram descontinuados, mas existiam há 80 anos, desde a implantação por Mário de Andrade, o imortal Mário de Andrade, daqui da cidade de São Paulo, foi descontinuado pela presente gestão. E sei, pelo *Diário Oficial*, que há uma tentativa de colocá-lo, não sei se o foi, na LOA do ano que vem. Então, não sei se realmente há, e se houver eram 12 Ônibus Bibliotecas. Então, serão mais 12 vagas para Bibliotecários na cidade de São Paulo.

Também há os 12 CEUS que estão para inaugurados no ano que vem, que estão se arrastando há 6 anos, cuja conclusão está prevista para ano que vem. Sabemos que há demanda de pelo menos três Bibliotecários por CEU, mas por questões financeiras, estão alocando um Bibliotecário por unidade, são mais 12 Bibliotecários alocados e vagas dentro da

Prefeitura para o ano que vem.

O concurso vai vencer em março de 2019 (?) vai abrir um novo edital, gastar dinheiro do erário público para poder alocar Bibliotecário que pode ser convocado agora? Essa é a minha questão.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. O próximo é o Guilherme, Arquiteto; em seguida, João Gabriel, Assistente Social.

O SR. GUILHERME - Boa tarde a todos e todas.

Antes de falar da parte específica da audiência, eu só queria registrar meu estranhamento com essa interrupção da audiência, abertura da reunião ordinária da Comissão e a tomada da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Regimental.

O SR. GUILHERME - Dito isso, enfim, eu sou Arquiteto e estou habilitado nesse concurso que acaba de ser homologado, então, comparado com outros colegas, estamos em estágios diferentes.

O principal questionamento que eu tenho a partir da sua fala, Diretora, é qual a previsão de que deva ser respeitado esse diagnóstico que foi feito previamente à elaboração do concurso? Porque a gente tem conhecimento de três Secretarias que estão solicitando profissionais.

Inclusive, um dos processos administrativos já está em COGEP, que é de Sehab, que solicita 50 Arquitetos. A gente fez uma avaliação do orçamento, a partir do valor atualizado da LOA de 2019, e há recursos para convocar muito mais do que 50 Arquitetos e Engenheiros, mas a gente sabe que Sehab não estava no rol original do edital.

Então, qual é a normativa que estabelece que quem tem que convocar primeiro os profissionais é quem estava no edital? E, não havendo, porque essa tomada de decisão? Que eu estou entendendo que é discricionário.

Mas, além disso, eu queria deixar claro também que a Cultura já está com processo

em tramitação para solicitar 12 profissionais; A Secretaria de Educação que também não estava no rol das Secretarias originárias do edital também já está com processo em tramitação solicitando 8 profissionais.

Então, a gente está acompanhando esses processos e acho que é importante a celeridade na tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

O SR. JOÃO GABRIEL – Boa tarde, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, todos que estão acompanhando audiência. Só uma correção: eu sou Bibliotecário, sou da Direção do Sindsep. Estou trazendo a pauta dos Assistentes Sociais.

Primeiramente, queria dizer que a gente está falando de um processo que está claro: falando de vagas que foram solicitadas pelas Secretarias.

O que precisa ficar claro é que existe um número imenso, uma demanda imensa de vagas em Secretarias que, sequer, chegaram a solicitar.

Nós temos carreiras que vão desaparecer como Analista de Meio Ambiente, por exemplo; nós temos políticas que estão deixando de serem implementadas porque não se tem mais nenhum profissional da área para poder atuar.

No caso da Assistência Social, nós estamos acompanhando um processo sem precedentes de descontinuação de política, de contingenciamento, de fechamento de serviços, a gente tá perdendo vários equipamentos, o Estado está perdendo capacidade de fiscalizar o dinheiro público, porque quem faz a gestão das organizações que atuam na Assistência Social é o Assistente Social. É ele quem faz isso, além do que nós temos Assistentes Sociais que são os únicos profissionais que estão fazendo esse processo de fiscalização, tendo que atuar como Engenheiro, como Contador para fazer gestão de contas, porque não há abertura nem perspectivas. Nós temos uma nutricionista na Assistência Social, Sr. Vereador. Essa é responsável pelo cardápio de 10 mil unidades de atendimento.

Como é que uma Assistente Social vai fazer o serviço de uma nutricionista? Está tendo que fazer, porque, se não fizer, o Tribunal de Contas vai em cima dessa profissional.

Então, nós temos um concurso público de Assistente Social que venceu; o Sindsep oficiou à Secretaria de Gestão, do chamado, e, até hoje, estamos aguardando um retorno para saber.

Com o concurso vencido, tal qual foi feito com a Guarda Municipal, existe impedimento para que esse concurso seja chamado? Nós entendemos que não, mas a gente quer uma resposta oficial de vocês. Porque se ainda pode ser chamado, nós exigimos que ele seja chamado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Raquel Teixeira, representante dos concursados Analista de Informações, Cultura e Desportos.

A SRA. RAQUEL TEIXEIRA – Boa tarde, boa tarde a minha fala vai ao encontro da fala do Lucas; eu também passei no concurso de Analista de Informações, Cultura e Desporto, Biblioteconomia, e, em relação ao Ônibus Biblioteca e aos CEUS que vão inaugurar, aos CEUS que têm vagas disponíveis, em aberto, porém, não estão sendo nomeados para esses cargos, como, por exemplo, Três Pontes, Azul da Cor do Mar, Guarapiranga, as aposentadorias que vêm todos os anos, no segundo o *Diário Oficial*, porém não há nomeação para o cargo há, pelos menos, 1 ano.

Nós temos mais de 80 pessoas aprovadas no concurso de 2015, que vence em março de 2020, e a minha pergunta é a mesma do Lucas: acabando a vigência, vocês vão utilizar o orçamento para abrir um cadastro emergencial sendo que nós temos pessoas disponíveis para serem nomeadas?

Essa a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Pedro, Economista aprovado.

O SR. PEDRO – Boa tarde, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Secretária, demais componentes da Mesa e todos os presentes.

Sou Economista e represento os Economistas aprovados, dos quais apenas um tomou posse. Não temos Economistas na Prefeitura, um corpo técnico permanente para fazer frente aos desafios hoje que a Prefeitura enfrenta. Nós temos uma reforma tributária

abrangente que pode afetar as finanças do Município e eu gostaria de defender a formação: é um grupo altamente qualificado tanto academicamente e com experiência profissional no setor privado e no setor público. Eu acho que a gente vai contribuir bastante para o sucesso da Prefeitura e do Município como um todo, para o atendimento dos interesses do cidadão.

É isso que eu tenho a dizer. Gostaria que realmente...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. João Batista, do Serviço Funerário.

O SR. JOÃO BATISTA - Boa tarde, Vereador Gilson Barreto; pessoal, colegas da Prefeitura, aprovados o seguinte: queria falar que pelos colegas AGPPs aprovados no concurso do Serviço Funerário, sou do Sindsep, também, mas a gente acompanha de perto, o grande problema é que no ano que vem concurso caduca o concurso. Até o momento, não foi chamado ninguém, zero, nenhum. A Secretaria de Gestão deu parecer favorável à nomeação, só que hora que chegou na JOF, antes mesmo da Câmara Municipal aprovar concessão, a privatização do Serviço Funerário, a JOF negou a nomeação dos aprovados no concurso, tendo em vista que teria a concessão.

Nós achamos que é um erro tremendo, uma vez que o Serviço Funerário vai continuar existindo; os cargos estão vagos; são necessários, e o Serviço Funerário vai continuar existindo, mesmo com a concessão.

Então, a Secretaria de Gestão autoriza, manda dar encaminhamento, a JOF bloqueia, porque tem uma concessão. Isso é político, ou seja, não tem nada a ver com administrativo.

A concessão é uma política de governo, no entanto, os aprovados em concurso, que foram lá prestar o concurso, foram aprovados, eles têm que ser chamados, Vereador.

Então, a gente traz aqui o nosso pedido, para que a Secretaria de Gestão, a Câmara de Vereadores, diga o seguinte: tem que nomear, está faltando gente no Serviço Funerário, isso é claro. É só perguntar para o Superintendente. O Vereador que acompanha o Serviço Funerário sabe disso.

A segunda questão: a Márcia falou que as Secretarias não estão demandando, não estão solicitando.

Todo dia, Márcia, a gente olha, não mais o *Diário Oficial*, mas as páginas das Secretarias, transitando para lá e para cá, pedidos assim: “venha trabalhar AGPP na Secretaria não sei das quantas, porque aqui tem uma gratificação, você vai receber”. Todos os dias, e “as Secretarias não demandam”?

Tem alguma coisa errada. Então, alguém está enganando alguém.

Então, eu acho que a Secretaria de Gestão, já que tem esse problema, a Secretaria de Gestão poderia demandar, solicitar para as Secretarias: “Você está precisando nomear AGPP na sua Secretaria?” Porque alguma coisa está errada ou o Secretário ou o RH daquela unidade está enganando. Desculpa, não estou duvidando da sua palavra, mas é porque todo dia a gente vê isso: uma Secretaria pedindo gente porque não tem trabalhador, entendeu?

Eu acho que o encaminhamento da Câmara, Vereador, poderia ser isso: que a Secretaria de Gestão, então, notifique todas as Secretarias perguntando quantos AGPPs precisam para preencher as vagas que estão abertas na sua Secretaria e chamar os aprovados de todos os concursos. Eu falei dos AGPPs, mas são de todos os concursos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Francisco Fernandes, Associação dos Contadores Municipais.

O SR. FRANCISCO FERNANDES - Boa tarde, Vereador Gilson Barreto, por quem cumprimento todos os Vereadores desta Comissão; boa tarde aos colegas presentes.

Vereador, já foi falado por alguns colegas e eu corroboro com as falas, pois a reforma tributária que está em curso lá em Brasília vai trazer, sim, um impacto financeiro para São Paulo.

E, por conta disso, esse Impacto vai, sim, refletir no dia a dia, no trabalho dos servidores, especificamente, Contadores.

Também não podemos ignorar que a reforma previdenciária, que já está muito

avançada lá em Brasília, que inclusive já está impactando São Paulo com numerosos pedidos de aposentadoria.

Tudo isso são quesitos, questões que nós estamos vivenciando, Vereador, que já estão gerando prejuízo para quem está na ativa, por isso que os quadros devem, sim, ser reforçados.

E, com relação aos Contadores, nós temos um concurso que foi homologado recentemente, como bem disse a Diretora Márcia, nós já fizemos o estudo do impacto orçamentário-financeiro para serem chamados, com escalonamento, inclusive, 10 para setembro, 10 para outubro, 10 para novembro e 20 para fevereiro do ano que vem.

Então, eu faço um apelo aqui, Sra. Diretora, Sr. Secretário Adjunto, Srs. Vereadores, que a Prefeitura realmente faça com que esses servidores, não só Contadores, mas todos os que já estão garantidos pelos seus direitos porque participaram de concurso, seja efetivamente nomeados, porque isso quem vai ganhar não somos apenas nós, servidores, nós não estamos aqui defendendo uma bandeira egoísta nossa, como servidor, Presidente da Associação ou o que seja, nós estamos defendendo a qualidade do serviço público da Prefeitura de São Paulo.

Esse é o nosso propósito e aqui fica o meu apelo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Pedro alguma complementação dos Arquitetos, favor?

O SR. PEDRO - Boa tarde, mesa, público. Eu sou concursado desse último concurso para Arquiteto. Eu só queria fazer uma complementação: muitas Secretarias e órgãos, Subprefeituras, têm um grande déficit de pessoal de Arquitetos e Engenheiros, os quais não foram consultados antes do concurso. Então, há uma demanda muito além das vagas inicialmente previstas.

Só pedindo isso, porque é uma atividade que gera a receita, então ajuda direta e indiretamente toda a Cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Bruno Simões, Analista de Políticas Públicas.

O SR. BRUNO SIMÕES – Olá, boa tarde a todos. Eu sou concursado no concurso de Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Esse concurso foi homologado em 2016 até o momento só teve uma nomeação; neste mesmo ano, de 200 vagas somente 70 pessoas, mais ou menos, foram nomeadas.

Além disso, esse concurso possui, efetivamente, todo esse contingente vago. A Secretaria de Gestão, aproveitando esse ensejo, deu um primeiro passo: se está previsto na previsão orçamentária deste ano, do próximo ano da LOA, o valor da nomeação não só desse concurso, mas também de todos os outros concursos que compõem a Secretaria. Além disso, esse concurso público teve um gasto de 400 mil reais para a formação desses profissionais, em 2016, e, até o momento, esses profissionais não foram aproveitados dentro da administração pública.

Um outro apelo que eu faço, até aproveitando a presença dos vereadores, é que segundo o relatório do TCM do ano passado, há nove secretarias com 90% dos cargos comissionados. Ou seja, se você consegue contratar cargos comissionados em um órgão que possui 5% apenas de burocracia, de fato que passou em concurso público, então há dinheiro ou orçamento suficiente para que consiga nomear os concursados.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Denis do Carmo, da Amasp.

O SR. DENIS DO CARMO – Olá, boa tarde a todos.

O meu questionamento é: como o Vereador Donato bem citou, em 2017, nós tivemos aqui já uma audiência pública tratando desse mesmo assunto. E, naquela ocasião, a solicitação era a mesma: um cronograma das nomeações. Nós tivemos como resposta, naquela ocasião, de que precisaria fazer um estudo, porque o governo estava entrando. Então, de se apropriar das informações para poder trazer. Nós estamos, agora, numa fase em que o

governo está quase saindo e nós não tivemos essa resposta. Será que hoje vamos ter? Esta é a minha maior expectativa.

Agora, sendo mais preciso ainda, nas categorias de AGPPs e agentes de apoio, naquele momento também passado, e antes mesmo de o governo, nós questionamos o que seria feito com os AGPPs da Amlurb e do Serviço Funerário que, como bem já foi citado aqui, até hoje zero: não foi nomeado um. E, até hoje, 3 anos depois, nós ainda não sabemos o que o governo fará com esses AGPPs que estão aguardando a sua nomeação, mas que o governo sempre diz: “Nós vamos terceirizar, portanto, temos de verificar o que fazer”. O que vai se fazer? Esta pergunta foi feita lá em 2017 e em 2016 também. Espero que possam responder.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito bem, encerradas as falas, eu vou passar para a Sra. Cleide e para a Sra. Márcia Regina, para fazerem um relato. Aquilo que não tiverem condições de responder que, por favor, depois encaminhem por escrito.

A SRA. CLEIDE - Eu vou me reportar à questão da Educação Infantil, porque está fresquinha na minha memória.

Eu sou da área da Educação e, é óbvio, que todo mundo sabe que a Educação Infantil precisa do professor, porque não tem como deixar uma sala de aula sem o professor com as crianças lá, seja Educação Infantil, seja Ensino Fundamental.

O processo foi para a Secretaria da Fazenda. Ainda anteontem, eu fiz uma cobrança, porque eu não recebia o retorno, e vai ter de passar pela JOF.

Vocês me desculpem, porque eu estou assumindo aqui há pouco tempo, em abril. Então, algumas coisas das tramitações da Prefeitura, eu ainda não domino todos. Eu tinha muita vivência na rede estadual e, ali, eu sabia exatamente os caminhantes. Então, aqui, eu vou procurando para a gente poder ter uma ação proativa, porque eu acho que é isso que vocês esperam.

Em todas as situações, realmente, eu estou vendo que todos os pedidos aqui coincidem: é a questão de pessoas que fizeram concurso e que desejam assumir os seus

cargos. Eu acho que é legítimo esperar isso. Eu acho que é legítimo que as pessoas estejam aqui. Eu acho que a nossa presença, a presença do chefe de gabinete também demonstra que a nossa atitude aqui é dialógica. Nós estamos sempre recebendo, sempre dialogando. Houve uma reforma há pouco tempo. Quando eu cheguei, ela estava ainda em andamento, uma reforma, a reestruturação das secretarias, e a Gestão passou a ser só Gestão, pelo que eu estou entendendo. E a Gestão tem o papel de fazer a análise e o encaminhamento. De fato, faz a análise de acordo com as demandas. Tanto, que eu procurei anotar tudo aqui para poder levar, e eu não tenho uma resposta deles. Hoje, realmente, eu não vou ter. Seria pedir muito para mim. Desculpem. Eu cheguei em abril, e não tenho resposta para todos.

Entendo, perfeitamente, Diretor do que o senhor disse, que os cargos são concursados. De fato, né. Eu acho que a Capital, o Estado de São Paulo, felizmente é por concurso, né. E aí, claro, temos que preencher os cargos com os concursados.

Então, anotei tudo aqui para poder fazer, Presidente da mesa, se o senhor me permite, eu acho que, realmente, nós vamos ter de mandar uma resposta por escrito no futuro, porque eu não teria essas respostas. Não vou dizer para vocês isso ou aquilo, porque não é do meu feitio. Eu sou da área pública e respeito o servidor público. E eu acho que a gente tem de ter essa clareza, essa transparência.

Então, não teria a resposta hoje, de fato. Posso garantir que a gestão faz a análise daquilo que chega e encaminha. Então, o que a Márcia colocou aqui, é isso mesmo. O que passou, foi encaminhado com a nossa informação e, aí, isso é resolvido, passa por um órgão que se chama JOF. E, aí, a JOF é que decide, com base no orçamento, com base nas finanças, para poder fazer esse encaminhamento e a aprovação das chamadas.

Então, eu faço questão de dar esses esclarecimentos para os senhores, porque todos os que estão aqui têm os seus interesses, e eu acho que a gente tem de respeitar, somos todos cidadãos. E, lamentavelmente, eu não tenho a resposta. Eu gostaria de ter todas as respostas como eu tenho para a Educação Infantil, que já passou por nós. Os demais, eu não tenho neste momento. Mas, a gente faz o encaminhamento depois para poder dar para

vocês todos uma satisfação do andamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Márcia, quer fazer alguma colocação a respeito?

A SRA. MÁRCIA REGINA – A gente é técnico de RH. Estou há 20 anos na área de recursos humanos, no setor público. Então, o olhar da gente... Quando a gente faz um concurso, a gente tem total clareza da importância dele e da necessidade, não só premente, mas de reposição de exoneração, de falecimento.

Eu sou de carreira. Tenho 30 anos já. Sou da carreira de assistente social, concursada lá, de 88. Daqui a pouco também já estou saindo e penso que esse conhecimento e tudo isso que a gente vai produzindo tem de ter sucessão. Eu acho que isso independe muito de modelos que você escolhe para determinado programa político ou de assistência. Eu acho que não se exclui. Eu acho que hoje existem N formas de você compor a força de trabalho, né. Hoje a gente tem um grande número de estagiários que colaboram, que são estudantes e que só agregam muito para a gente, mas que não são força de trabalho, não substituem o servidor. Toda a vez em que a gente vê isso, enquanto política de RH, a gente tenta coibir. Então, quando alguém tem uma atuação nesse sentido, a gente atua proativamente no sentido de orientar aquele supervisor, aquela área, de que isso não pode acontecer. Então, assim, é um papel mesmo da gente.

Então, deixar consignado que a gente tem total clareza dessa responsabilidade, enquanto RH. As nossas URHs se angustiam também. Então, é importante deixar isso bem consignado. A gente discute quantitativo, discute necessidade. Se vocês verificarem os processos que passam pela gestão, não há negativa. Muitas vezes, a gente vê que a JOF chama lá o secretário do órgão ou da pasta para explicações: uma, duas, três vezes. Infelizmente, a decisão do colegiado, da JOF não nos cabe, né. A gente dá um parecer técnico, a gente subsidia legalmente, falando de todo o processo legal do concurso, mas também a gente se manifesta pelo mérito. Então, quando chega lá um pedido de, recentemente, né, médico para o HSPM, independente, a gente não quer saber se é em um pronto-socorro, se é

na pediatria. É médico para o HSPM. Vem todo o histórico, o concurso está aberto, os pareceres são 100% favoráveis. A gente ajuda: “Olha, vamos 100, 200, 50”. A gente ajuda numa distribuição. A não ser que, de fato, o processo chegue com uma enorme pressão orçamentária. Ainda sim, há uma equipe que ajuda a pensar essa pressão, de que forma equacionar, né.

Isso tudo é importante a gente deixar consignado, porque a gente é super parceiro nisso, porque, senão, a gente não estaria na área de RH e fazendo concurso, porque, senão, perde um pouco a razão de ser, né, do nosso trabalho.

Eu acho que, como a Cleide falou, a gente anotou. Eu acho que tem algumas questões aqui, até de processos que eu vou ver..., que a gente pode ver se estão perdidos, parados por aí. Porque realmente, assim, o que a gente levantou até ontem, hoje, no ponto nosso não há nenhum expediente, processo de solicitação ou de abertura de concurso ou de nomeação. Tudo o que tem, foi encaminhado, ou não chegou ainda. A gente despacha muito rápido, não para lá, a não ser que haja, realmente, algum problema muito sério de instrução do processo.

Eu só queria fazer uma observação, falar uma coisa que eu acho que é importante consignar. O concurso da guarda municipal, ele, antes de vencer, o prefeito autorizou todas as nomeações futuras, mesmo com o concurso vencido. Então, essa experiência a gente viveu. Eles ainda estão ingressando, em que pese o concurso ter encerrado no final do ano, a gente está nomeando GCM de concurso já expirado, mas com uma única condição: autorização do prefeito saiu antes do concurso expirar. Isso é uma coisa boa também, que a gente conseguiu planejar e garantir a todos os candidatos aprovados. Então, é importante ter essa informação no radar também.

Mas, assim como a secretária, a gente anotou e acho que, do nosso lado, enquanto RH, vocês têm parceria aí, para gente equacionar o que for possível. E, aí, deixando claro que a gente, infelizmente, do nosso lado aqui, de RH, a gente não domina a questão financeira e orçamentária de cada área mesmo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Então, eu vou solicitar à secretária que encaminhe, então, à Comissão, os questionamentos e o andamento agora são de responsabilidade da Comissão de Administração Pública. E a senhora, também, se puder encaminhe um cronograma: se vai ser chamado, se não vai, para fazermos uma devolutiva com o pessoal.

Vereador Donato, um minuto.

O SR. ANTONIO DONATO - Com todo respeito, Secretária Márcia, mas é absolutamente frustrante ter essa resposta. Os concursos vencem no semestre que vem. Serão chamados? Sim ou não. Não deve ser tão difícil planejar. Os concursos vencerão.

Então, não é possível que a gente chegue aqui hoje..., Teve uma promessa em 2017, de um cronograma até agosto. Estou com as notas taquigráficas do Paulo Uebel aqui. E agora, a gente chega aqui e não tem cronograma algum? Eu não consigo entender isso, não consigo entender. Até onde eu sei, a Secretaria de Gestão faz parte da JOF e pode pautar essa questão. A JOF é Junta Orçamentária e Financeira. São quatro secretarias: Gestão, Finanças, Governo e Negócios Jurídicos. Ela analisa o cronograma. Agora, você tem condição de pautar a JOF e falar: “Eu tenho um problema não mão. Eu preciso ter um cronograma para nomear os concursados”. Ou dizer: “Não vou nomear”, e as questões vão ser judicializadas. (Palmas) É natural isso.

Então, o que não dá é para não ter resposta alguma, e a gente sair daqui como entrou. Não dá para fazer uma audiência pública para sair como entrou, como em 2017, que foi a mesma coisa. Só que, em 2017, ainda tinha uma promessa de um cronograma até agosto, que não cumpriram, mas teve uma promessa. Agora, a gente não tem nada. A gente vai sair sem nada desta audiência. Não dá para aceitar isso.

Então, eu queria requerer para a secretária, com todo respeito, mas que a gente pudesse ter, em 15 dias, um cronograma de nomeação dos concursados. (Palmas) Se sim ou se não. Se não vai nomear: “Não nomearei. Não tem recursos, não tenho mais necessidade”. A

gente sabe que tem necessidade para tudo, porque, senão, por que abriu concurso? Não se abre concurso do nada. Teve estudo, e não foi estudo de uma gestão. Foi um estudo da administração pública, não é uma questão de uma gestão ou outra. A administração pública falou: “Eu tenho a carências nessas áreas” e essas carências não mudaram. Aliás, se aprofundaram, e a gente não tem uma resposta!

Então, eu rogo à Sra. Secretária e à Diretora, para que a gente possa ter as medidas necessárias. Se não for a Secretaria de Gestão, que nos aponte: “Olha, não é a Secretaria de Gestão. Vocês têm de chamar aqui para chamar o Mauro Ricardo ou têm de chamar o prefeito”. Porque a gente vai ter de chamar alguém que dê a resposta, porque não é possível, não é possível.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem. O requerimento já foi feito pela Comissão à Sra. secretária que irá trazer para nós um cronograma e a situação em que se encontra, nos termos, inclusive, que o Vereador Donato já colocou.

Eu quero, inclusive, responder ao amigo, ao engenheiro, me esqueci do seu nome agora. Que você não entendeu bem. A audiência pública era das 13h:30min à 14:00h, porque às 14:00h nós começaríamos uma reunião ordinária da Comissão. Mas, em deferência a vocês, nós suspendemos os trabalhos da reunião ordinária para darmos sequência à audiência pública de vocês. Eu fiz uma hora e meia. A gente pode por 20 minutos. Não tem problema algum. É regimental. Foi em deferência a vocês que nós ampliamos o prazo. E, se necessário fosse, daríamos continuidade outro dia.

Eu vou encerrar a audiência pública e, em seguida, reabrimos a reunião ordinária, com a pauta de projetos. Vocês estão convidados a permanecerem aqui, se quiserem.

Estão encerrados os trabalhos da audiência pública. Muito obrigado a todos.